



CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2021/2022.

Entre o **SINDICATO DOS MÉDICOS DE SÃO PAULO - SIMESP**, inscrito no CNPJ sob o nº 45.877.446/0001-37, com sede à Rua Maria Paula, 78, 2º, 3º e 4º andares, Bela Vista, São Paulo, S.P, CEP: 01319-000, neste ato representado por seu Presidente, Victor Vilela Dourado, e o **SINDICATO NACIONAL DAS EMPRESAS DE MEDICINA DE GRUPO - SINAMGE**, inscrito no CNPJ sob o nº 45.794.567/0001-15, com sede à Rua Treze de Maio, 1540, Bela Vista, São Paulo, SP, por seu Diretor Regional, Dr. Cadri Massuda, inscrito no CPF/MF sob o nº. 230.859.089-00, fica estabelecida a presente **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**, aplicável a categoria dos empregados médicos das Empresas de Medicina de Grupo da base territorial do Sindicato Profissional, que reciprocamente aceitam e outorgam a saber.

CLÁUSULA 1ª - REAJUSTE SALARIAL

As empresas integrantes da categoria econômica representada pelo Sindicato Nacional das Empresas de Medicina de Grupo - SINAMGE concederão aos seus empregados, integrantes da categoria profissional representada pelo Sindicato dos Médicos de São Paulo - SIMESP, receberão um aumento salarial de **10,42% (dez vírgula quarenta e dois por cento)** não cumulativo a ser aplicado da seguinte maneira:

- a) 4,00% a partir de setembro de 2021;
- b) 10,42% a partir de março de 2022.

Parágrafo Primeiro: São compensáveis todas as majorações nominais de salário, salvo as decorrentes de promoção, reclassificação, transferência de cargo, aumento real e equiparação salarial.

Parágrafo Segundo: Fica assegurado ao empregado admitido para a função de outro, dispensado sem justa causa, igual salário do referido empregado demitido, sem considerar-se as vantagens pessoais que este auferia na Empresa.

Parágrafo Terceiro: Estabelecem as partes que para a revisão da presente norma será considerado o período compreendido entre 1º de setembro de 2021 e 31 de agosto de 2022, mantendo-se a data-base da categoria.

Parágrafo Quarto: As diferenças salariais decorrentes do reajuste estipulado nesta convenção, serão pagas 50% do valor em aberto na folha salarial subsequente à assinatura desta Convenção Coletiva e o montante restante no mês posterior.

CLÁUSULA 2ª - PISO SALARIAL

A partir de 1º de setembro de 2021, fica estabelecido para a categoria profissional o piso salarial de R\$ 4.125,36 (quatro mil cento e vinte e cinco reais e trinta e seis centavos) e a partir de 1º de março o piso salarial de R\$ 4.380,03 (quatro mil trezentos e oitenta reais e três centavos) por mês, observando-se a jornada de 20 (vinte) horas semanais, 100 (cem) horas mensais, já incluído o valor do descanso semanal remunerado.



sinamge

Parágrafo Primeiro: É permitida a contratação de jornada inferior ou superior, ou em regime de plantão, com pagamento de salário proporcional ao número de horas contratadas, mediante contrato escrito firmado entre o médico e a empresa.

Parágrafo Segundo: O valor do piso será objeto de revisão nas normas coletivas supervenientes, não se aplicando sobre ele o índice de reajuste fixado na Cláusula 1ª (primeira) da presente Convenção Coletiva de Trabalho.

Parágrafo Terceiro: Fica facultada a empresa, nos termos do artigo 444, parágrafo único da CLT, a livre negociação, no caso de empregado que perceba salário mensal igual ou superior a duas vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, desde que o negociado não reduza qualquer benefício previsto nas outras cláusulas estabelecidas na presente Convenção Coletiva, bem como na legislação vigente.

CLÁUSULA 3ª - HORAS EXTRAS

As horas extraordinárias, assim entendidas aquelas trabalhadas além do horário normal pactuado, serão pagas com adicional de 100% (cem por cento), ressalvados os horários especiais.

CLÁUSULA 4ª - HORAS NOTURNAS

O adicional incidente sobre as horas noturnas trabalhadas, assim consideradas aquelas compreendidas entre 22h e 7h do dia seguinte, nos termos da Súmula 60, II, do C. TST será pago na base de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor correspondente ao da hora normal.

CLÁUSULA 5ª - SOBREAVISO

O médico que permanecer à disposição da Empresa cumprindo jornada plantonista à distância, requisitado através do sistema "BIP", telefone ou outro meio qualquer de comunicação, receberá 1/3 (um terço) do valor da hora normal, contratada para a prestação de serviço no local da Empresa. Em caso efetivo de atendimento, decorrente de sua condição de sobreaviso, a hora efetivamente trabalhada será paga como extraordinária.

CLÁUSULA 6ª - CESTA BÁSICA

Fica estabelecido que todo dia 25 dos meses subsequentes ao da assinatura deste instrumento, ou no primeiro dia útil seguinte se o dia 25 (vinte e cinco) vier a coincidir com feriado, sábado e domingo, as Empresas de Medicina de Grupo, cujos médicos empregados sejam integrantes da base territorial do Sindicato Profissional ora acordante, continuarão a conceder, mensalmente, 1 (uma) cesta básica de alimentos, tradicional, de 25 kg (vinte e cinco quilos), a cada um de seus empregados médicos.

Parágrafo Primeiro: Fica facultado à Empresa o cumprimento da obrigação prevista nesta cláusula mediante a concessão de ticket-cesta, vale-compra ou ordem de retirada similar, correspondente à cesta básica em questão.

Parágrafo Segundo: A cesta básica a que alude a presente cláusula não integra, para qualquer efeito, a remuneração do empregado, inclusive o seu salário de contribuição para fins de Seguridade Social, devendo, ainda, integrar o sistema PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador).

CLÁUSULA 7ª - DIRETOR CLÍNICO



sinamge

A escolha do Diretor Clínico das Instituições deverá ser realizada em conformidade com as normas legais e a instruções baixadas pelo Conselho Federal de Medicina a respeito do assunto.

CLÁUSULA 8ª - AVISO PRÉVIO PROPORCIONAL

Para os trabalhadores com mais de 45 (quarenta e cinco) anos de idade será concedido, além do prazo legal, um período adicional de 45 (quarenta e cinco dias) de aviso prévio, desde que conte com mais de 3 (três) anos de serviços na empresa.

CLÁUSULA 9ª - ESTABILIDADE À GESTANTE

Fica assegurada a estabilidade de emprego ou salário à médica gestante, de 60 (sessenta) dias após o término da licença previdenciária de maternidade.

CLÁUSULA 10ª - AUXÍLIO-CRECHE

As empresas fornecerão creche na forma da lei (arts. 389 e 400 da CLT e Portaria Ministerial nº 3296/86), ou convênio autorizado pela autoridade competente, ou reembolso creche, desde que comprovado o gasto, no valor de R\$ 107,50, (cento e sete reais e cinquenta centavos) por mês, por criança, pelo período de 5 (cinco) anos a partir do retorno da mãe ao trabalho.

Parágrafo Único. O valor do reembolso creche fixado nesta cláusula será corrigido nas mesmas bases percentuais e datas de reajuste do salário do médico, abrangido pela presente Convenção Coletiva de Trabalho.

CLÁUSULA 11ª - ESTABILIDADE POR DOENÇA PROFISSIONAL OU ACIENTE DE TRABALHO

Fica assegurada estabilidade de emprego ou salário ao médico que contrair doença profissional no exercício de suas funções na Empresa de Medicina de Grupo, bem como àqueles que forem vitimados por acidente de trabalho, nos termos da Lei nº 8213/91, regulamentada pelo Decreto nº 357/91.

CLÁUSULA 12ª - ESTABILIDADE ÀS VÉSPERAS DE APOSENTADORIA

Fica assegurada, ao empregado que tenha um mínimo de 5 (cinco) anos de vínculo empregatício na mesma Empresa de Medicina de Grupo, estabilidade de emprego ou salário nos últimos 18 (dezoito) meses que antecederem ao tempo necessário para sua aposentadoria por tempo de serviço ou por idade. Após a aquisição do direito, ficará automaticamente extinta a vantagem concedida na presente cláusula.

CLÁUSULA 13ª - ESTABILIDADE AOS DELEGADOS SINDICAIS

Os médicos designados como delegados sindicais nos termos no estatuto social do SIMESP terão a mesma estabilidade prevista em lei para os dirigentes sindicais.

CLÁUSULA 14ª - MULTA PELO ATRASO DE VERBAS RESCISÓRIAS

Pelo pagamento das verbas rescisórias fora do prazo legal será devida uma multa por dia de atraso equivalente ao salário diário, em favor do empregado prejudicado, desde que o retardamento decorra de culpa do empregador.

CLÁUSULA 15ª - FORNECIMENTO DE UNIFORMES E EQUIPAMENTOS ESPECIAIS

Todas as vestimentas especiais, equipamentos ou instrumentos de trabalho, quando exigidos por determinação legal ou pelo empregador, serão por este último, fornecidos gratuitamente.

CLÁUSULA 16ª - LIMITAÇÃO DE CONSULTAS

Fica fixado o número de 60 (sessenta) pacientes a serem atendidos pelo médico empregado por jornada de 20 (vinte) horas semanais, e 20 (vinte) pacientes por semana para os casos de retorno e verificação de exames, observando-se sempre o período de 4 (quatro) horas diárias trabalhadas, excluídas deste limite máximo as especialidades de traumatologia, oftalmologia, otorrinolaringologia e casos de pronto atendimento.

CLÁUSULA 17ª - BANCO DE HORAS

Os empregadores poderão adotar o sistema de banco de horas, através do qual o excesso de horas trabalhadas em um dia poderá ser compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período de 1 (um) ano, a referida compensação. O empregador poderá optar pela compensação no período destinado à concessão de férias, adicionando-se aos dias de férias, os correspondentes à compensação prevista nesta cláusula.

Parágrafo Único: O saldo negativo deverá ser compensado no prazo de um ano, no início ou final da jornada diária, limitado a 2 (duas) horas, ou conforme escala elaborada pelo empregador em prévio conhecimento do empregado, sendo que após o decurso de 1 (um) ano sem que tenha havido a compensação, fica autorizado o desconto.

CLÁUSULA 18ª - ASSISTÊNCIA À SAÚDE

As Empresas de Medicina de Grupo concederão assistência gratuita à saúde dos seus empregados médicos, abrangidos pela presente Convenção, e dependentes, conforme o respectivo Plano de Saúde básico de cada Empresa comercializado por esta, ressalvada condição mais benéfica, concedida pela empregadora, já pré-existente nesta data.

CLÁUSULA 19ª - QUADRO DE AVISOS

Fica assegurada a utilização, pelo Sindicato profissional, ora Acordante, do quadro de avisos das Empresas de Medicina de Grupo, para afixação de assuntos exclusivamente sindicais de esclarecimento dos empregados integrantes da respectiva Categoria Profissional.

CLÁUSULA 20ª - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Nos dissídios individuais, perante a Justiça do Trabalho ou aquela que lhe faça as vezes nas quais os empregados, individual ou coletivamente, pleitearem a reparação de seus direitos trabalhistas, devidamente assistidos por advogado contratado pelo **SINDICATO DOS MÉDICOS DE SÃO PAULO - SIMESP**, as reclamadas-empregadoras que forem judicialmente consideradas sucumbentes serão obrigadas, mediante fixação no julgado, a pagar os honorários advocatícios devidos ao patrono do reclamante, no valor máximo equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o principal da condenação, verba essa que reverterá em benefício do referido Sindicato.

CLÁUSULA 21ª - DESCONTOS DE CONTRIBUIÇÕES

Os empregadores, nos termos do disposto no artigo 545 da CLT, ficam obrigados a descontar na folha de pagamento de seus empregados médicos, desde que por eles devidamente autorizados, as contribuições associativas devidas ao SINDICATO DOS MÉDICOS DE SÃO PAULO - SIMESP, quando por estes notificados, sendo certo que o



sinamge

recolhimento deverá ser feito até o 10º (décimo) dia subsequente ao desconto, sob pena de juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês ou fração, sob o montante devido, sem prejuízo da correção monetária correspondente, na base da variação do INPC - Fundação Getúlio Vargas, e da multa prevista no art. 553 da CLT e da cláusula penal desta convenção e das cominações criminais relativas à apropriação indébita, tudo consoante Parágrafo Único do mencionado artigo 545 da CLT.

CLÁUSULA 22ª - COMISSÃO PARITÁRIA

Fica mantida a Comissão Paritária, integrada por 2 (dois) Diretores, de cada um dos Sindicatos signatários da presente Convenção, com igual número de suplentes, para acompanhar a execução e cumprimento do ora pactuado neste instrumento, devendo a referida Comissão reunir-se, em dia, local e horário previamente ajustados de comum acordo entre as partes, uma vez por mês.

CLÁUSULA 23ª - MULTA POR DESCUMPRIMENTO

Em caso de descumprimento em qualquer das obrigações ora fixadas, exceção feita à pena pecuniária especificamente estipulada neste instrumento, a Empresa faltante pagará a multa de 10% (dez por cento) do salário mensal, do empregado prejudicado pela infração, multa essa que reverterá sempre em favor do aludido médico.

CLÁUSULA 24ª - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL

É assegurado a título de Contribuição Assistencial, como deliberada e aprovada pela Assembleia Geral da Categoria Profissional convocada para este fim, com ampla divulgação, garantida a participação de filiados e não filiados, uma Contribuição Assistencial onde as entidades/empresas, como intermediárias, descontarão dos salários já reajustados de seus empregados, a importância de 10,42% (dez e quarenta e dois por cento), em conformidade com a legislação vigente.

Parágrafo Primeiro: O recolhimento de 10,42% (dez vírgula quarenta e dois por cento), será no mês de abril de 2022, sendo dividido em 12 parcelas mensais de 0,86% (zero vírgula oitenta e seis por cento) e os repasses das contribuições serão feitos pelas entidades por ocasião do fechamento da folha de pagamento de julho de 2022, repassando ao Sindicato Profissional até o 10º dia útil do mês de agosto de 2022, sendo este recolhimento através de boleto ou ficha de compensação bancária, emitida por ordem do SIMESP.

Parágrafo Segundo: Devem os empregadores encaminhar a relação dos empregados, da qual constem os nomes e o respectivo valor descontado, de forma individual, no prazo de até 30 (trinta) dias após o desconto e o repasse.

Parágrafo Terceiro: Eventual oposição à contribuição prevista na presente cláusula deverá ser apresentada por escrito e assinada, contendo os dados básicos (nome, número do CRM, entidade, endereço profissional, CNPJ e etc), em formulário específico preenchido pelo link: <https://forms.gle/VanuzVMsxHkHSmSH7>, no período de 15 dias corridos após a assinatura da Convenção Coletiva. Para os médicos que trabalham na Capital do Estado de São Paulo, a carta de oposição deverá ser apresentada de forma presencial na sede do SIMESP, localizada a Rua Maria Paula, nº 78, 1º andar, CEP: 01319-000, de segunda a sexta feira, das 10h as 17h. Para os Médicos que prestam serviços fora da base da cidade de São Paulo podem encaminhar suas cartas de oposição pelo formulário específico para relacionamento@simesp.org.br, devendo



enviar documento que comprove que presta serviços fora da base da cidade de São Paulo.

Parágrafo Quarto: O descumprimento da condição importará em multa de 2% (dois por cento) que incidirá sobre o débito atualizado monetariamente pela variação do INPC/IBGE.

Parágrafo Quinto: O Sindicato Profissional, desde já isenta as entidades/empresas de qualquer responsabilidade sobre a efetivação dos descontos referente a este título, face a aprovação da AGE, por força do artigo 80, IV, da Constituição Federal e de conformidade com a legislação vigente, assumindo integralmente toda a responsabilidade sobre qualquer tipo de reclamação quanto a esta cláusula, reembolsando tanto os empregadores quanto aos médicos em situações que assim for obrigado.

CLÁUSULA 25ª - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL

Na forma do entendimento jurisprudencial estabelecido pelo Supremo Tribunal Federal (*RE 189.960-SP, rel. Min. Marco Aurélio, 07/11/2000*), a Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato Patronal ora acordante, deliberou ser-lhe também devida pelas empresas de medicina de grupo, sujeitas ao presente Acordo, associadas ou não do SINAMGE em 1º de setembro de 2021, uma Contribuição Assistencial Patronal correspondente ao mesmo valor pago pelas empresas filiadas, à título de contribuição associativa referente ao período de setembro/2021 até agosto/2022, contribuição assistencial essa, pagável em 3 (três) parcelas vencíveis em 01/07/2022 (relativas aos valores das Contribuições Associativas de setembro a dezembro de 2021); em 01/08/2022 (relativas às contribuições de janeiro à abril de 2022) e em 01/09/2022 (relativas às contribuições dos meses de maio/2022 a agosto/2022).

CLÁUSULA 26ª - AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS

Além das hipóteses legais, os médicos poderão faltar ao serviço e terão suas ausências abonadas, sem qualquer desconto salarial, inclusive repercussões nos repousos, nas férias, 13ª salário, com recolhimento normal, pela empregadora, das contribuições previdenciárias e efetuação dos depósitos do FGTS, nas seguintes condições:

- a) Por 03 (três) dias consecutivos em virtude de morte de filhos, cônjuge, ascendentes e irmãos;
- b) Por 05 (cinco) dias consecutivos, em virtude de casamento;
- c) Por 01 (um) dia por semestre, para levar ao médico filho ou dependente previdenciário de até 06 (seis) anos de idade, mediante comprovação no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

CLÁUSULA 27ª - ESTABILIDADE NA LICENÇA MÉDICA

Garantia de emprego e salário pelo período de 30 (trinta) dias a contar da alta médica, ao empregado afastado por auxílio doença, desde que o afastamento seja por prazo superior a 90 (noventa) dias.

CLÁUSULA 28ª - HOMOLOGAÇÕES

As homologações das rescisões contratuais serão feitas na forma da Lei.



CLÁUSULA 29ª - LICENÇA ADOÇÃO

À empregada mãe adotante será concedida licença na forma da Lei nº 10.421, de 15/04/2002.

CLÁUSULA 30ª - LICENÇA PATERNIDADE

A Licença paternidade será concedida de acordo com o artigo 10, § 1º, Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

CLÁUSULA 31ª - CLÁUSULA - DO TELETRABALHO, DO TRABALHO REMOTO, OU OUTRAS FORMAS DE TRABALHO A DISTÂNCIA:

As empresas de MEDICINA DE GRUPO podem se utilizar de todos os meios e formatos para realização e cumprimento de suas atividades à distância, desde que haja mútuo acordo entre as partes, registrado em aditivo contratual, em que se mantêm todos os benefícios e remuneração, devendo ser observadas as estipulações constantes dos artigos 75-A a 75-E da CLT, no tocante a fornecimento de equipamentos e reembolso de despesas eventualmente arcadas pelo empregado.

Parágrafo primeiro: As partes acordantes esclarecem que os trabalhadores que sejam colocados em regime de trabalho à distância, desde que subordinados a horário de trabalho, deverão observar rigorosamente a jornada de trabalho regular como se estivessem nas dependências da empresa, bem como os intervalos para refeição e descanso, intervalos interjornadas, qualquer que seja o regime trabalho adotado quando realizado nas dependências da empresa;

CLÁUSULA 32ª - CARTA AVISO

Os empregadores fornecerão aos empregados carta aviso com os motivos da dispensa, com alegação de prática de falta grave, sob pena de gerar presunção de dispensa imotivada.

CLÁUSULA 33ª - AUXÍLIO DOENÇA COMPLEMENTAR

Em caso de concessão de auxílio doença por Acidente do Trabalho ou Doença Profissional ao empregado, a empresa se obriga a antecipar 50% (cinquenta por cento) do montante correspondente aquele a ser percebido do órgão previdenciário durante os primeiros 60 (sessenta) dias após o afastamento e desde que a solicitação seja feita pelo trabalhador, por escrito. Esses valores serão compensados, a critério da empresa, após o retorno do empregado ao serviço.

CLÁUSULA 34ª - FÉRIAS

Aviso prévio de 30 (trinta) dias para a concessão das férias, não podendo ter início aos sábados, domingos, feriados e dias já compensados; com exceção daqueles que trabalham em regime de escala de serviço, devendo o respectivo pagamento ser realizado com antecedência de, no mínimo, 2 (dois) dias.

CLÁUSULA 35ª - VACINAÇÃO PREVENTIVA

O empregador garantirá a vacinação contra a hepatite “B” aos médicos que a solicitarem, mediante avaliação do médico do trabalho.

CLÁUSULA 36ª - PARTICIPAÇÕES EM CONGRESSOS E OUTROS EVENTOS

Serão concedidos aos trabalhadores 5 (cinco) dias úteis por ano, consecutivos ou não, para participação em congressos, seminários e outros eventos, sem desconto nos



sinamge

salários e nas férias, desde que previamente acordado com a direção da empresa e comprovação posterior.

CLÁUSULA 37ª - REPOUSO

As empresas concederão ao médico o repouso de 10 (dez) minutos, previsto no Parágrafo 1º do artigo 8º da Lei nº 3.999/1961.

CLÁUSULA 38ª- ACESSO DO DIRIGENTE SINDICAL NA EMPRESA

Os estabelecimentos de serviços de saúde representados pelo suscitado, permitirão, quando solicitado pelo Sindicato dos Médicos, que os médicos se reúnam no local de trabalho com dirigentes sindicais, desde que, para tanto, haja prévia e expressa autorização da direção da empresa.

Parágrafo Único: Desde que previamente autorizado pela direção da empresa, será permitido ao dirigente sindical acesso ao local de trabalho para promover atividades de interesse da categoria.

CLÁUSULA 39ª - GARANTIAS PARA AS MÉDICAS:

Fica assegurada às médicas mulheres a igualdade de remuneração para trabalho de igual valor, vedando-se qualquer discriminação em virtude do sexo e de gestação, respeitando-se os direitos consagrados no inciso I, do artigo 5º e incisos XX e XXX, do artigo 7º, da Constituição Federal e artigo 461 da CLT.

CLÁUSULA 40ª - PREPONDERÂNCIA

Respeitadas as cláusulas objeto do presente instrumento coletivo, fica facultada as empresas se utilizarem por extensão das cláusulas e condições previstas nas normas coletivas e termo aditivos da categoria preponderante, desde que não disciplinada nesse instrumento.

CLÁUSULA 41ª - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho se aplica na base territorial do SIMESP que coincida com a representação patronal conveniente.

CLÁUSULA 42ª - VIGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho terá vigência de 01 de setembro de 2021 a 31 de agosto de 2022, mantida a data-base de 01 de setembro.

E assim plenamente ajustados, firmam a presente Norma Coletiva de Trabalho, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

SINDICATO DOS MÉDICOS DE SÃO PAULO

Victor Vilela Dourado - Presidente

SINDICATO NACIONAL DAS EMPRESAS DE MEDICINA DE GRUPO - SINAMGE

Dr. Cadri Massuda



Datas e horários baseados no fuso horário (GMT -3:00) em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinatura gerado em 13/06/2022 às 12:05:09 (GMT -3:00)

CCT SINAMGE 2021.2022[63]

 ID única do documento: #bdbb308a-20e0-47ab-9f3f-59d9e45b208a

Hash do documento original (SHA256): 218cf6a790a2fde3a58526e76a654aca07fd85c84d049e8361d1a4d22ffac157

Este Log é exclusivo ao documento número #bdbb308a-20e0-47ab-9f3f-59d9e45b208a e deve ser considerado parte do mesmo, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso.

Assinaturas (2)

- ✓ SINAMGE - Sindicato Nacional das Empresas de Medicina de Grupo (Presidente)
Representante legal: Cadri Massuda
Assinou em 13/06/2022 às 14:16:44 (GMT -3:00)
- ✓ SINDICATO DOS MÉDICOS DE SÃO PAULO - SIMESP (Presidente)
Representante legal: Victor Vilela Dourado
Assinou em 13/06/2022 às 15:57:50 (GMT -3:00)

Histórico completo

Data e hora

13/06/2022 às 12:05:07
(GMT -3:00)

13/06/2022 às 14:16:44
(GMT -3:00)

Evento

Luiza Silva dos Santos solicitou as assinaturas.

Cadri Massuda (CPF 230.859.089-00; E-mail cadri@grupomg.com.br; IP 177.92.29.42), assinou como representante legal de SINAMGE - Sindicato Nacional das Empresas de Medicina de Grupo (CNPJ 45.794.567/0001-15). Autenticidade deste documento poderá ser verificada em <https://verificador.contraktor.com.br>. Assinatura com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Data e hora

13/06/2022 às 15:57:50
(GMT -3:00)

Evento

Victor Vilela Dourado (CPF 041.917.265-36; E-mail victorvdourado@gmail.com; IP 82.140.10.22), assinou como representante legal de SINDICATO DOS MÉDICOS DE SÃO PAULO - SIMESP (CNPJ 45.877.446/0001-37). Autenticidade deste documento poderá ser verificada em <https://verificador.contraktor.com.br>. Assinatura com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10o, §2.

13/06/2022 às 15:57:50
(GMT -3:00)

Documento assinado por todos os participantes.